

Marina, candidata?

Renato Janine Ribeiro



A política, como as casas, tem piso e teto. O piso vem antes do teto. Piso são as intenções de voto garantidas para um candidato, chova ou faça sol; são um ponto de partida mais ou menos real (na verdade, mais imaginário que real, porque nem sempre o eleitor honra esse cheque que parecia visado). Teto é o máximo que um candidato pode obter. Maior a rejeição, menor o teto. Mas piso alto pode implicar teto baixo. Ser bem conhecido, como José Serra, pode gerar altas intenções de voto — e também de rejeição. O teto pode estar bem perto do piso.

Piso e teto são decisivos para as avaliações, arriscadas por definição, que os partidos fazem pensando em seu futuro candidato. Um piso alto é um trunfo inicial importante — mas, se vier acompanhado, como no caso acima, de uma rejeição elevada? Candidatos de opiniões fortes podem gerar alta recusa, o que não implica que sejam ruins — porque, se medirmos as coisas só pelo teto, beneficiaremos quem não fede nem cheira. Às vezes vale a pena insistir. Um candidato de alta rejeição, que segundo Delfim Neto seria derrotado até mesmo por um poste, acabou se elegendo na terceira tentativa e se tornou modelo de presidente popular: Lula.

Marina Silva tem piso e teto elevados

Teto alto quer dizer que o céu é o limite. Significa que, no segundo turno, o candidato é competitivo para vencer o adversário. É essa a diferença, dizem-nos, entre Serra, bom para se classificar no primeiro turno, e Aécio, competitivo no segundo. Mas, para chegar ao segundo, ele precisa emplacar no primeiro... De que adiantará Serra se classificar, se sua derrota estiver garantida no segundo turno? E por que lançar Aécio, se esse possível vitorioso na final nem chegar a ela? Por isso, cada lado apoia o seu nome, mas com uma justificativa oposta. Para salvar os guardados, Serra pode ser o melhor. Se quiserem disputar a presidência para valer, Aécio pode ser a aposta. E é, mesmo, aposta — tudo ou nada, a presidência ou o terceiro lugar, que nos campeonatos eleitorais equivale a uma desclassificação.

Mas a novidade da próxima eleição é que temos hoje, no banco de reservas, um nome de piso alto e teto idem: Marina Silva. De maneira consistente, ela tem recebido a segunda maior intenção de votos. Se as eleições fossem hoje e, como na França, qualquer um pudesse concorrer, nosso segundo turno assim oporia duas mulheres, ambas ex-ministras de Lula — ela e Dilma Rousseff.

Aqui temos uma série de paradoxos: a segunda maior intenção de voto, hoje a melhor desafiante ao PT, não é candidata provável por partido algum. Não discuto aqui por quê, se isso foi causado por nossa lei partidária, se pela demora da Rede em se

constituir. Apenas, constato um quase-buraco negro nas projeções eleitorais. Porque há outro paradoxo, que é o PSB + Rede ter como candidato presidencial alguém que dificilmente alçará voo. Eduardo Campos pode ser ótimo governador, mas não tem as qualidades dela para multiplicar votos.

Marina é admirada por muita gente fora dos partidos. No atual panorama, é a única candidata que tem o considerável "asset" de não ser, ou não parecer, política. Galgou uma carreira política, sim, mas o que mais se nota nela são qualidades éticas, de quem superou analfabetismo, miséria e doença, e prega há anos, ao mundo dos negócios, que não destrua o verde das matas, do hino, da bandeira. Seus elevados piso e teto se devem a esta percepção, tão difundida, de que Marina não é política. Essas características apontam para a órbita do carisma, o que por sua vez explica por que ela e a Rede procuram mimetizar a trajetória que foi de Lula, nosso maior líder carismático desde Getúlio Vargas, e do PT.

Faz sentido, nesse quadro, Eduardo Campos ser o candidato? O mesmo sistema político que barra candidaturas independentes reúne fatores de alta racionalidade. Ora, neste caso, o racional — para o próprio Campos — é ele ter um prazo para decolar, mesmo que não conte isso a ninguém (o segredo, aqui, é não contar). Se empolgar o eleitorado em, digamos, seis meses, o lugar é dele (mas, se ele divulgar que tem um prazo, acabou). Se não conseguir, o governador de Pernambuco tem ainda uma excelente perspectiva. Pode ser vice de Marina. Não perde nada. Se continuar com poucas intenções de voto, e ela com muitas, será vantajoso ele ser vice-presidente com uma eleição possível, quase provável. Poderá ter uma fatia na administração, tema que não desperta paixão em Marina (como não despertava em FHC ou Lula, ao contrário de Serra e Dilma, que gostam de gestão) — quem sabe num cargo de superministro ou coordenando alguns ministérios-chave, por exemplo, na área da produção. Quem sabe, ainda, a promessa da candidatura presidencial em 2018, vitaminada por quatro anos na vice e no governo. Tudo isso é muito melhor do que correr o provável risco de acabar em terceiro lugar no ano que vem.

Uma nota, aqui. Há artifícios para dar a vitória a candidatos com baixa rejeição — aqueles que, sendo a segunda opção de muitos, são a primeira de poucos. Basicamente, são variações em torno de um tema: o eleitor hierarquiza os candidatos. Em vez de votar "seco" num só, ele escolhe 1º, 2º, 3º. E a apuração levará em conta não só a preferência, mas também o não-repúdio. O Oscar é atribuído assim (veja http://www.newyorker.com/talk/comment/2010/02/15/100215taco_talk_hertzberg).

A vantagem é encontrar um ponto de convergência, que não exaspere os eleitores. A desvantagem é beneficiar o que é morno, sem projeto, sem odor, que deixa as coisas na mesma. Foi assim que em 2009 "Avatar" perdeu para "Guerra ao terror". Não há sistema de escolhas que seja perfeito.

Renato Janine Ribeiro é professor titular de ética e filosofia política na Universidade de São Paulo. Escreve às segundas-feiras
E-mail: rjanine@usp.br

Conselheiros tucanos querem rever desonerações e reajuste do mínimo

Marcos de Moura e Souza
De Belo Horizonte

Melhorar o ambiente de negócios, simplificar tributos, reverter políticas consideradas intervencionistas na economia e abrir mais o país à competição internacional.

Esses são alguns dos pontos que vêm sendo defendidos por um grupo de economistas e acadêmicos com quem o senador Aécio Neves (PSDB-MG) tem conversado e que o têm ajudado a formular seu futuro programa de governo.

Seus interlocutores econômicos defendem ainda um novo plano de privatizações e uma revisão da política de desonerações.

E alertam para o fato de que não se pode esperar, pelo menos não no curto prazo, uma queda na carga tributária nem o crescimento do PIB num ritmo mais acelerado num eventual governo tucano.

O primeiro ano do próximo governo tende a ser marcado por dificuldades econômicas, dizem especialistas com quem Aécio vem se reunindo.

O senador, que prepara sua candidatura para presidente da República, promete apresentar em dezembro um primeiro pacote de ideias gerais sobre temas que disse considerar mais relevantes e urgentes para o país.

No mês passado, num evento em Nova York, ele fez uma prévia dessas ideias — que ganharam corpo com ajuda desse time de economistas.

Do grupo que o auxilia no campo econômico, segundo pessoas próximas ao senador, fazem parte Armínio Fraga, Edmar Bacha e Gustavo Franco, assim como Elena Landau, todos ex-integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso. Também participam contribuindo com análises e propostas, nomes de uma geração mais jovem, como Samuel Pessôa e Mansueto Almeida.

Os dois últimos falaram ao **Valor** sobre seus pontos de vistas, alguns já postos em discussão com o senador. A reportagem também ouviu Landau, que tem coordenado grupos de trabalho sobre macro e microeconomia, setor elétrico, saneamento, entre outros, para o pré-candidato.

Sobre o crescimento da economia, Almeida — que atua na Diretoria de Estudos Setoriais e Inovação, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) — diz que não estão no horizonte medidas que promovam uma aceleração do PIB logo no início de um eventual governo tucano. Depois de crescer 0,9% no ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) deve fechar o ano perto dos 2,5% e mais perto dos 2% no ano que vem.

"A preocupação não é tanto garantir um crescimento do PIB mais acelerado em 2015 e em 2016 e sim em adotar medidas que garantam um melhor desempenho da economia depois disso", disse Almeida.

Ele fala em melhoria do ambiente de negócios, simplificação tributária, redução no número de impostos e de uma negociação de um plano fiscal de longo prazo com o Congresso.

Uma posição que Almeida diz ser unânime entre os interlocutores de Aécio é uma reversão da política adotada, sobretudo, no governo Lula de ajuda a empresas privadas a se tornarem líderes em seus setores, as chamadas campeãs nacionais. "Ficar transferindo recursos para o BNDES e do BNDES para as campeãs nacionais, isso acabou", disse Almeida.

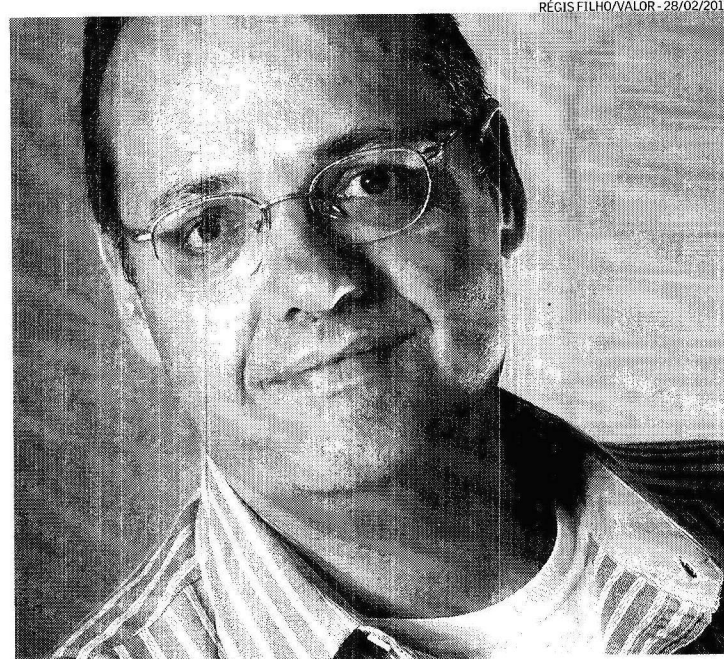
As desonerações também desagradam os "conselheiros" do tucano, segundo Almeida. "O grupo mais ligado ao Aécio pensa que é preciso que o governo olhe para a economia como um todo. A ideia que deve valer é a de não discriminar setores".

Montadoras e fabricantes de eletrodomésticos foram alguns dos setores beneficiados nos últimos anos por desonerações de IPI como forma de aquecer a economia.

Segundo Almeida, uma ideia que tem sido mencionada nas conversas com Aécio é a de embutir na rotina de um governo tucano uma



Mansueto: "Agenda é do desmonte da experiência nacional desenvolvimentista"



Pessôa: "Tem que reduzir alíquotas de importação de forma generalizada"



Elena: "A privatização fez bem ao Brasil com FHC e agora está sendo mal feita"

avaliação acurada de políticas e programas em curso para avaliar seus custos e os reais ganhos e se devem ou não ser mantidas.

A avaliação que ele tem feito nas conversas com o senador é a de que a economia brasileira não terá nos próximos anos o impulso da economia da mundial, como se viu em boa parte do governo Lula. "Vamos ter que resolver como uma agenda de reformas".

Samuel Pessôa, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio, outro especialista com quem Aécio tem conversado, prevê que o primeiro ano do próximo governo, seja ele qual for, terá dificuldades semelhantes às de 1999 [início do segundo mandato de FHC] e de 2003 [início do primeiro mandato de Lula].

Primeiro, por causa da inflação "muito alta e persistente", segundo, pelo superávit primário apertado, talvez de pouco mais 1% do PIB que, prevê ele, a presidente Dilma Rousseff deixará para 2015.

"Um pacote de ajuste em 2015 deve vir com qualquer que seja o governo. Aécio faria isso de uma maneira mais profunda", diz.

Pessôa argumenta que a prioridade deveria ser uma reforma tributária porque esta teria um efeito mais imediato no aquecimento da economia. Como Mansueto Almeida, ele fala em simplificação tributária. O que não significa redução da carga.

"Desde a Constituição de 1988, a ideia da construção de um Estado de bem estar social vem sendo reforçada e cada eleição. E isso impõe algumas restrições para a gente porque grande parte da elevação tributária dos últimos

brasileira. "Tem que reduzir alíquotas de importação de forma generalizada", diz. O setor industrial fará críticas, sofrerá vezes? Sim, diz. "Mas o país não é só indústria", afirma. "Isso reduziria alguns setores da indústria, mas também permitiria um avanço naqueles setores industriais do país que são mais competitivos."

Um tema sobre o qual ainda não diz ter discutido com Aécio Neves é a fórmula que tem determinado o reajuste salário mínimo. "A minha opinião é que a manutenção da atual regra vai obrigar o governo a criar novos impostos ou a aumentar aqueles existentes."

Além de ouvir Mansueto Almeida e Samuel Pessôa, o **Valor** procurou Armínio Fraga e Edmar Bacha para comentar algumas das posições que têm defendido nas conversas com o senador Aécio Neves sobre economia. Ambos optaram por não falar.

Elena Landau, que vem coordenando os grupos de trabalho e coletando orientações para o PSDB, é uma das defensoras da adoção de um programa mais bem estruturado de privatizações — bandeira do PSDB, mas que perdeu espaço no discurso do partido nas últimas eleições que disputou e perdeu para o PT de Lula e Dilma Rousseff.

Diretora do BNDES entre 1994 e 1996, Landau é sócia do escritório de advocacia Sérgio Bermudes e preside o Instituto Teotônio Vilela do Rio.

"A privatização fez bem ao Brasil no governo Fernando Henrique e agora está sendo mal feita", diz. Não se trata de uma visão ideológica, de que só a iniciativa privada faz bem feito, diz. "Acho que o setor privado administra sem muitas das amarras do setor público. As privatizações precisam voltar a ser feitas de uma forma adequada, com um plano mais bem estruturado e de forma mais transparente." Infraestrutura e logística — que hoje já são alvo de concessões no governo Dilma — são as áreas onde a Landau acredita que mais e melhor poderia ser feito.

O senador mineiro tem evitado detalhar suas propostas com relação à condução da economia. Mas no início de outubro, em um longo discurso num evento em Nova York para empresários e investidores com negócios na América Latina, Aécio apresentou uma prévia das ideias que farão parte de suas propostas de governo.

Falou da "uma agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas sem vedações ideológicas" capazes de atrair investimentos privados e disse que "é possível implementar um programa de privatizações e concessões muito mais arrojado do que este que está em curso".

Aécio também defendeu reformas para "melhorar a estrutura de tributos, oxigenar o mercado de trabalho, destravar o investimento privado". Segundo ele, "o país pode crescer muito mais do que cresce atualmente".

O pré-candidato não se aprofundou nas mudanças que propôs. Citou entre elas "a redução da intervenção do Estado na economia" e adoção de medidas "para deixar nossos custos de produção menos onerosos".

Aécio listou o "resgate os pilares da nossa economia, com estabilidade da moeda, responsabilidade fiscal e livre flutuação do câmbio" e defendeu simplificação da legislação e redução da carga de impostos.

E prometeu que levará essa nova agenda "à consideração dos brasileiros no ano que vem."

Aécio aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenções de voto, considerando o cenário mais provável, em que disputará o Planalto com Dilma e Eduardo Campos (PSB). Apesar de ter amplo apoio no PSDB para ser o candidato, o ex-governador de São Paulo José Serra continua tentando ser o indicado. Aécio formou-se em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais; Serra fez doutorado em Economia na Universidade de Cornell, nos EUA.